

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por: HUMBERTO DA SILVA
MARQUES
Município de Óbidos
Presidente da Câmara Municipal de
Óbidos
Presidência
Data: 30-10-2020 12:41:19  obaltrustedsign.com

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COM SISTEMA HIDRÁULICO, ATRAVÉS DE CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Prazo.....	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA.....	4
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 4. ^a - Obrigações da entidade adjudicatária.....	4
Cláusula 5. ^a - Local de entrega do bem.....	5
Cláusula 6. ^a - Disponibilização do Bem.....	5
Cláusula 7. ^a - Inspeção e testes.....	6
Cláusula 8. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias.....	6
Cláusula 9. ^a - Aceitação do Bem.....	7
Cláusula 10. ^a - Garantia técnica.....	7
Cláusula 11. ^a - Garantia de continuidade de fabrico.....	8
Cláusula 12. ^a - Conformidade e garantia técnica.....	8
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO.....	9
Cláusula 13. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	9
Cláusula 14. ^a - Prazo do dever de sigilo.....	9
Cláusula 15. ^a - Proteção de dados.....	9
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	10
Cláusula 16. ^a - Preço base.....	10
Cláusula 17. ^a - Preço contratual.....	10
Cláusula 18. ^a - Condições de pagamento.....	11
Cláusula 19. ^a - Revisão de preços.....	11
Cláusula 20. ^a - Gestor do Contrato.....	11
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS.....	12
Cláusula 21. ^a - PenalidadeS.....	12
Cláusula 22. ^a - Força maior.....	12
Cláusula 23. ^a - Extinção do Contrato.....	13
Cláusula 24. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicante.....	14
Cláusula 25. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicatária.....	14
CAPÍTULO IV - CAUÇÃO.....	14
Cláusula 26. ^a - Caução.....	14
Cláusula 27. ^a - Seguros.....	15
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	15
Cláusula 28. ^a - Foro competente.....	15
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15
Cláusula 29. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	15
Cláusula 30. ^a - Comunicações e notificações.....	15
Cláusula 31. ^a - Contagem dos prazos.....	16
Cláusula 32. ^a - Legislação aplicável.....	16
PARTE II - CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	16
CLÁUSULA 33.^a - ASPETOS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO NÃO SUBMETIDOS À CONCORRÊNCIA.....	16
ANEXO A - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	17

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a ***AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COM SISTEMA HIDRÁULICO, ATRAVÉS DE CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA***, a efetuar em conformidade com:

- a) Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos do Processo de Concurso;
- c) As normas técnicas, profissionais e deontológicas inerentes à atividade.

Cláusula 2.ª - Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - b) O presente caderno de encargos;
 - c) A proposta adjudicada;
 - d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 – As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e execução do contrato, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 3.ª - Prazo

1 – A entrega do bem objeto do presente contrato deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias, após a notificação da celebração do contrato de locação financeira, com a Instituição Financeira habilitada para o efeito, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, na sua atual redação.

2 – A entidade adjudicatária obriga-se a entregar o bem objeto do contrato, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, no prazo indicado na sua proposta e em respeito pelo limite indicado no ponto anterior.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações da Entidade Adjudicatária

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Disponibilização do bem, em condições de circular em via pública, de acordo com o estipulado em legislação própria;
- b) Entrega do bem no prazo e preço indicado na proposta adjudicada;
- c) Entrega do bem no local indicado na cláusula 5.ª do presente caderno de encargos;
- d) Garantir a conformidade e a operacionalidade do bem entregue;

- e) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega do bem objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato.
- f) Garantir a continuidade do fabrico.

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que, sejam necessários e adequados ao fornecimento do bem, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

4 – Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 5.ª – Local de entrega do bem

O bem objeto do contrato deve ser entregue no **Complexo Logístico Municipal, sito na Estrada da arregaça, n.º 8, 2510-170 Pinhal, Óbidos.**

Cláusula 6.ª Disponibilização do Bem

1 – A entidade adjudicatária obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, nomeadamente os manuais técnicos ou guias de segurança.

2 – Todas as despesas e custos com transporte do bem objeto do contrato e respetivos documentos, designadamente, licenças, guias de transporte ou outros exigidos por lei, que devam acompanhar o bem desde o local de embarque até ao local de entrega ou respetiva instalação são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

3 – A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

Cláusula 7.ª – Inspeção e testes

1 – Efetuada a entrega do bem objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, à inspeção qualitativa do mesmo, com vista a verificar se este reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Durante a fase de testes, a entidade adjudicatária deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3 – Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 8.ª – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 – No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.

2 – No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das substituições necessárias pela entidade adjudicatária, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a – Aceitação do bem

1 – Caso a inspeção a que se refere a cláusula sétima comprove a total operacionalidade do bem, objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nela não seja detetada quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do final da inspeção um auto de receção, assinado pelos representantes de ambas as partes.

2 – Com a aceitação do bem objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3 – A assinatura do Auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.^a – Garantia técnica

1 – Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, a entidade adjudicatária garante o bem objeto do contrato, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da data de assinatura do Auto de Receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 – A garantia prevista no numero anterior abrange:

a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;

b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças componentes ou bens reparados ou substituídos;

e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daquele bem ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;

f) A deslocação ao local da instalação ou entrega;

g) A mão de obra.

3 – No prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar a entidade adjudicatária, para efeitos da respetiva reparação/substituição.

4 – A reparação/substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que se destina.

Cláusula 11.ª Garantia de continuidade de fabrico

A entidade adjudicatária deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram o bem objeto do contrato pelo prazo de vida útil do bem, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicável, a contar da data do respetivo auto de aceitação do bem.

Cláusula 12.ª – Conformidade e garantia técnica

A entidade adjudicatária fica sujeita, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de bens, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II – Dever de sigilo

Cláusula 13.^a – Objeto do dever de sigilo

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Óbidos, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.^a – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.^a – Proteção de dados

1 - O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando ***“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.***

2 - Sempre que sejam remetidos dados pessoais, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 - Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 16.ª - Preço Base

1 - O **preço base**, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar, sendo de **19.950,00€**, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 - Nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base, de acordo com a informação do Sr. Vereador José Pereira, foi determinado em função de consultas informais efetuadas ao mercado, e mediante a solução que melhor se adapta para a realização do trabalho pretendido, adaptado aos recursos de maquinaria já existentes para o atrelamento da varredora.

3 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, é excluída a proposta que apresente preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 17.ª - Preço contratual

1 – O pagamento do fornecimento do bem objeto do contrato, bem como o cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos e efetuado através de um contrato de locação financeira que a entidade adjudicante ira celebrar com uma Instituição Financeira habilitada para o efeito, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, pelo preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA a taxa legal em vigor.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega,

incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte e manutenção dos seus meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 18.ª - Condições de pagamento

1 - As quantias devidas serão liquidadas no âmbito de um contrato de locação financeira que a entidade adjudicante irá celebrar com uma Instituição Financeira habilitada para o efeito, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

2 – Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega do bem objeto do contrato, a qual é considerada na data da assinatura do auto de receção a que se refere a cláusula 9.ª do presente caderno de encargos.

3 - Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico adequado, nomeadamente Nota de Crédito.

Cláusula 19.ª – Revisão de preços

O presente contrato não será alvo de atualizações de preços ao longo da sua vigência.

Cláusula 20.ª - Gestor do Contrato

1 - O contraente público designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A o Sr. Vítor Sousa, e nas suas faltas e impedimentos o Sr. Sérgio Félix., com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 - O **adjudicatário deverá nomear um responsável** que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objeto do contrato.

3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 - O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 - Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização das mesmas, nos termos do disposto nas cláusulas 8.ª, 9.ª e 10.ª.

Capítulo III – Penalidades contratuais

Cláusula 21.ª – Penalidades

1 – No caso de incumprimento dos prazos fixados no Contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=V \cdot A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do fornecimento e A é o número de dias em atraso.

2 – A competência para decidir a aplicação das penalidades referidas no n.º 1, é do Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Cláusula 22.ª – Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupo de sociedades em que este se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de uma forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 23.^a – Extinção do Contrato

1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido por ambas as partes nos termos previstos no Capítulo VIII do Título I da Parte III do CCP.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 (quinze) dias úteis.

Cláusula 24.^a – Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso da entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega do bem objeto do contrato superior a 10 (dez) dias ou declaração escrita da entidade adjudicatária de que o atraso excederá esse prazo;

b) Fornecimento do bem com características técnicas diferentes.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária.

Cláusula 25.^a – Resolução por parte da entidade adjudicatária

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicatária, cessando porem, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV – Caução

Cláusula 26.^a – Caução

Considera-se, face ao valor (preço contratual < € 200.000), que não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 3 art.º 88.º do CCP.

Cláusula 27.^a – Seguros

1 – É da responsabilidade da entidade adjudicatária a cobertura através de contratos de seguros dos seguintes riscos:

a) Seguros exigíveis por lei para prossecução do presente fornecimento.

2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na alínea anterior, devendo a entidade adjudicatária fornecê-la no prazo de 1 dia útil.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 28.^a – Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 29.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pela entidade adjudicatária e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 30.^a - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem escritas e dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 31.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o consagrado no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas alterações e demais legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

PARTE II - CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 33.^a – Aspectos de execução do contrato não submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, **os limites máximos** a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a exclusão da mesma cujos **termos ou condições** o ultrapasse.

- **Preço Base :**

Limite máximo - 19.950,00 € + IVA

- **Prazo de entrega do bem**

Limite máximo – 15 (Quinze) dias

- **Todos os restantes aspetos constantes do caderno de encargos.**

ANEXO A – Cláusulas Técnicas

1 – Pretende-se uma Varredora com Sistema Hidráulico a adquirir através de contrato de locação financeira, com as seguintes características:

O sistema de varredura consiste em duas escovas operadas hidraulicamente com motores hidráulicos (alimentados por tomada de força) varrendo qualquer lixo para o centro da máquina onde depois o sistema de sucção transporta para o contentor com 2,1m³ (colocado na traseira da máquina).

O sistema de sucção consiste numa bomba, depósito de água de 240l, e bicos de irrigação que previnem eficazmente a contaminação durante a operação. Abrir, fechar, elevar e baixar o contentor é controlado por um comando eletrónico desde a cabine do trator. Está equipado com uma lança hidráulica que permite uma melhor manobra nas curvas e movimentos a realizar durante a operação.

Garantia:

Limite mínimo – 2 (dois) anos ou 3000 horas, aplicando-se o primeiro a ser atingido.

Outros dados técnicos:

- **Eficiência de trabalho** – 13800 m²/h;
- **Tara** – 2300 kg;
- **Potência trator requerida** – 60 HP;
- **Montagem ao trator** – engate alto ao trator;
- **Largura de trabalho** – 2000/2300 mm;
- **Alimentação do sistema de controlo** – 12 V from 3-pin socket;
- **Alimentação do sistema de iluminação** – 12 V from 7-pole socket;
- **Alimentação do sistema hidráulico de viragem da lança** – 16-20 Mpa;
- **Sistema de acionamento dos hidráulicos e irrigadores** – PTO n=1000 rpm;
- **Velocidade de trabalho** – 6 Km/h;
- **Velocidade max. de transporte** – 25 Km/h;
- **Capacidade do contentor de lixo** – 2,1 m³;
- **Capacidade do depósito de água** – 240 dm³;
- **Capacidade do tanque de óleo** – 40 dm³;

AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COM SISTEMA HIDRÁULICO, ATRAVÉS DE CONTRATO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

- Largura – 2175 mm;
- Comprimento – 3510 mm;
- Altura máquina – 2230/2365/2580 – mm;
- Altura do contentor – 1660 mm;
- Altura com contentor levantado – 3770 mm;
- Pneus – 215/75R17,5;
- Linha dupla pneumática – Standard.